

A Atuação do Assistente Social no Projovem Adolescente e o seu Viés Educativo

The Role of Social Worker in the Adolescent Projovem Program and its Educative Bias

Adriana Soely André de Souza Melo^{a*}

^aUniversidade do Estado da Bahia, Bahia, Brasil

*E-mail: adriana_s_1@hotmail.com

Resumo

As mudanças tecnológicas e a globalização trouxeram grandes transformações no ensino, o que exigiu cada vez mais a inserção de profissionais qualificados na área de Serviço Social para tratar de assuntos inerentes à sociedade. Partindo do pressuposto de que a prática profissional do assistente social será sempre revestida de um viés educativo é que foi possível a realização deste trabalho. A presente pesquisa surgiu da reflexão acerca da importância da atuação do Profissional de Serviço Social na área educacional, sobretudo nas ações socioeducativas. Objetivou-se mostrar a importância da prática do Assistente Social no PROJOVEM adolescente do CRAS Quidé com base na dimensão socioeducativa da profissão. O referido estudo teve como sujeitos da pesquisa 59 jovens atendidos no programa. Buscou-se compreender a realidade social com vistas à elaboração de estratégias que possam contribuir na construção de uma sociedade mais democrática, que vise à ampliação e consolidação da cidadania, sobretudo, uma prática educativa e crítica, que aponte para a ruptura do instituído.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação. Assistente Social. PROJOVEM Adolescente.

Abstract

Technological changes and globalization brought great transformation to teaching, which has demanded growing insertion of qualified professionals in Social Work field to deal with issues concerning society. This research became possible through the assumption that the social worker's professional practice will be always lined with an educative bias. The present research arose from the reflection about the importance of social worker's proceeding in the education field, especially on socio-educational actions. It aimed to show the importance of social workers' practice in CRAS Quindé Adolescent PROJOVEM, based on the socio-educational dimension of their profession. This research had as its individuals 59 juveniles attended by the program. It was tried to understand the social reality with a view to elaborating strategies which can contribute to build a more democratic society, aiming to broaden and consolidate citizenship, especially an educative and critical practice, pointing to the disruption of what was instituted.

Keywords: Social Work. Education. Social Worker. Adolescent PROJOVEM.

1 Introdução

As mudanças tecnológicas e a globalização trouxeram grandes transformações no ensino, o que exigiu cada vez mais a inserção de profissionais qualificados na área de Serviço Social para tratar de assuntos inerentes à sociedade, devido às novas expressões e manifestações que nela se encontram.

Partindo do pressuposto de que a prática profissional do assistente social será sempre revestida de um viés educativo é que foi possível a realização desta pesquisa. Os recursos disponibilizados nesta área de atuação, ainda são restritos, devido à falta de empenho dos setores governamentais que desconhecem a importância da atuação desses profissionais como ferramenta na luta contra a evasão, indisciplina, uso de drogas e problemas familiares diversos.

A presente pesquisa surgiu de intensa reflexão acerca da importância da atuação do Profissional de Serviço Social na área educacional, sobretudo, nas ações socioeducativas. A educação é vista, não somente como mera transferência de conhecimentos, nem tão pouco, utilizando tal conhecimento como base para produção da educação potencializadora de

novas possibilidades civilizatórias (ALMEIDA, 2000), mas sim, como processo de conscientização e de transformação mútua, tanto do profissional responsável pela condução dos trabalhos quanto dos jovens envolvidos no processo.

É, portanto, pertinente a atuação do assistente social no PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) adolescente, uma vez que a valorização do protagonismo destes jovens não consiste apenas numa mera obrigação do facilitador/orientador. Ao contrário disso, independente do espaço sócio-ocupacional, ou ainda, do espaço físico onde o assistente social executa seu trabalho, a prática profissional será sempre revestida de um viés educativo.

As considerações evidenciadas no presente estudo materializaram-se a partir do trabalho realizado no âmbito do PROJOVEM adolescente, na área de abrangência do CRÁS (Centro de Referência de Assistência Social) do bairro Quidé, Quidezinho, Palmares I e II e Pedra do Lord, no município de Juazeiro-BA.

Buscou-se ressaltar a importância da atuação do assistente social neste programa também como educador. Visto que tal inserção poderá trazer resultados positivos, através

de uma prática que amplia e contribui para a garantia de direitos. Sobretudo, a sua contribuição no atendimento e acompanhamento de jovens no processo educativo, tendo em vista a ação educativa e política que a profissão desempenha. Essa tríade: educação, política e o processo educativo têm em si, uma relação de conectividade que se bem administradas apontam resultados surpreendentes.

2 A Atuação do Assistente Social na Educação

As primeiras intervenções do Serviço Social na escola aconteceram nos Estados Unidos no início do século XX. O (a) assistente social integrava uma equipe multidisciplinar juntamente com psicólogos e professores. Na América Latina os profissionais também já buscavam aproximação da escola com a comunidade através da família dos alunos, cujo objetivo era atender os alunos com problemas de aprendizagem.

De acordo com Lopes (2005), a atuação interdisciplinar dos profissionais de serviço social vem desenvolvendo efetiva maneira de resolver problemas socioeducacionais. O assistente social tem na escola papel de articulador das diversas políticas sociais, visando minimizar os efeitos das desigualdades. Além disso, tem a tarefa de elaborar e executar ações preventivas e de enfrentamento de situações emergentes que expressam violência, dificuldades interpessoais entre alunos, familiares e funcionários da escola e também dos problemas socioeconômicos que afetam os estudantes.

Souza (2004) entende que conhecer o cotidiano social e familiar dos alunos é importante nesse processo. As necessidades dos jovens e seus familiares, os interesses que manifestam a cultura presente em suas comunidades e/ou bairros, os pontos de vista, tornam possível um maior entendimento da realidade cotidiana dos alunos. Desta maneira, o serviço social não necessitaria ser acionado somente quando o problema já tivesse avançado.

Mesmo diante da relevância da atuação do assistente social na educação, esses profissionais ainda aparecem em número reduzido nos ambientes escolares. “[...] estabelecimentos educacionais típicos, como as escolas, não têm se constituído como locais de trabalho para uma gama expressiva de assistentes sociais” (ALMEIDA, 2000, p.22). Os projetos de leis que tramitam pelo Congresso ainda enfrentam inúmeras resistências por parte de alguns legisladores.

O surgimento dessa reflexão da atuação do assistente social na escola pública nasceu desde a criação dos Projetos de Lei nº 3.688 de 2000, que discorre sobre a introdução de Assistente Social no quadro de profissionais da educação, em cada escola, e o Projeto de Lei nº 837 de julho de 2005, que dispõe sobre a introdução de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas, objetivando diminuir o número de evasão e alunos repetentes. Em 23 de agosto de 2007, foi elaborada a redação final desse projeto através do projeto de lei da Câmara em São Paulo, nº 60, de 2007. Conforme o art. 2º, a implementação da determinação contida no art. 1º desta lei

dar-se-á gradualmente até o prazo máximo de cinco anos. O redator do projeto justifica a importância do acompanhamento do profissional especializado visa ajudar à família e ao estudante a buscarem a redução das negativas conseqüências advindas das dificuldades existentes. Entretanto, enquanto a lei não vigorar de fato, a presença de assistentes sociais na equipe escolar das escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, fica a cargo do bom senso de cada gestor (LOPES, 2005).

A prática do Assistente Social situa-se numa perspectiva crítica, e se faz participante da transformação social, portanto, segundo Lopes (2005), a atuação desse profissional nas escolas está presente nas mais variadas expressões cotidianas, tanto nas relações externas, como a família e a sociedade, quanto nas relações internas que são os diferentes conjuntos como, diretores, os docentes e alunos, entre outros que compõem o campo educacional.

3 A Atuação do Assistente Social no CRAS

O Assistente Social tem papel fundamental nas unidades dos CRAS, prestam atendimento socioassistencial, articulam os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica. A atuação do Assistente Social nessa instituição acontece através de ações desenvolvidas como: Atendimento Individual, Cadastro de famílias para acesso aos serviços oferecidos pela rede, realização do cadastro único para obtenção do benefício Bolsa-família, encaminhamentos diversos à rede socioassistencial: SAC (Serviço de atendimento ao Cidadão), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), SEDIS (Secretaria de Igualdade e Desenvolvimento Social), Cartórios de Registro Civil, Assessoria Jurídica, orientações quanto aos direitos sociais, visitas domiciliares; ações socioeducativas (palestras, eventos comemorativos), desenvolvimento de projetos de geração de renda (cursos e capacitações), avaliação e orientações acerca dos cursos e projetos desenvolvidos no equipamento.

Essas considerações, no entanto, não esgotam as ações desenvolvidas pelo assistente social, uma vez que “as demandas da população vão definindo também esta prática profissional como pedido de recursos, capacitação, encaminhamentos, informações, orientação, organização” (FALEIROS, 2002, p.32).

A participação deste profissional no PROJovem adolescente ocorre através do exercício da dimensão educativa da profissão, do mapeamento e a avaliação das principais vulnerabilidades sociais existentes na comunidade e da discussão de formas de enfrentamento destes problemas. O assistente social, portanto, viabiliza o exercício prático de cidadania junto aos jovens, abrindo a possibilidade de passarem de observadores a protagonistas de sua própria história.

A resolução CNE/CEB nº 3/2006, em seu artigo 25, institui:

Cabe ao educador de Ação Comunitária o planejamento e a implementação das atividades de Ação Comunitária, realizando o mapeamento de oportunidades de engajamento social na comunidade, identificando atuantes organizações da sociedade, movimentos sociais, comunitários e juvenis, programas da rede pública socioassistencial, de saúde, de educação e de cultura, articulando contatos, visitas e possibilidades de parceria de interesse dos jovens (BRASIL, 2005).

O profissional de Serviço Social dispõe de maior arsenal teórico-metodológico para atuar dentro da proposta do Programa. Tal entendimento se justifica pelo fato de ser este, o profissional que possui como objeto de trabalho as expressões da questão social, objeto que se reflete no dia-a-dia do público alvo, ao qual, o Programa se destina: os jovens que por sua vez são mais vulneráveis e menos contemplados por políticas públicas vigentes. Sem contar que ainda vivenciaram na maioria das vezes, uma realidade constante de ausências sociais:

Os participantes no curso do PROJOVEM moram nas cidades brasileiras e encontram-se excluídos da escola e do trabalho, apresentam marcas de discriminação étnico-racial, de gênero, geracional e de religião, revelando trajetórias pessoais diferenciadas, marcadas tanto por experiências de riscos e situações de violência, geradoras de autodesvalorização e construtora de identidades coletivas marcadas pela exclusão social (BRASIL, 2005, p.4).

Com base nesse dado, cabe a intervenção do profissional de serviço social que tem bastante propriedade para tratar do assunto: De acordo com Abreu (2002, p.170):

A função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática.

Nesse sentido, o PROJOVEM Adolescente configura-se como espaço privilegiado para atuação profissional do assistente social, na medida em que possibilita a abertura de reflexão junto aos jovens que aponta para a construção da intervenção concreta no âmbito de suas realidades.

Portanto, a atuação do assistente social no PROJOVEM Adolescente é pertinente, visto que o trabalho socioeducativo não é apenas um espaço exclusivo do facilitador ou orientador. Ao contrário disto, independente do espaço sócio-ocupacional, ou ainda, do espaço físico onde o assistente social executa o seu trabalho, a sua prática profissional será sempre revestida de um viés educativo.

3.1 O CRAS no Bairro Quidé – Juazeiro - BA

O CRAS é um Órgão Público Estatal considerado o principal instrumento da Proteção Social Básica que oferece serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica. Seu objetivo é o atendimento às famílias. Mesmo que alguns programas e benefícios socioassistenciais não sejam realizados diretamente no CRAS, ele detem a referência para

os devidos encaminhamentos, por isso, é localizado em áreas de maior vulnerabilidade social, próximo aos usuários dos serviços. Os municípios devem identificar os locais de maior risco social para que possa implantar um CRAS, rompendo assim com ações que vêm de “cima para baixo”, pois, as demandas identificadas devem ser levadas em conta na hora do planejamento das ações.

Os CRAS prestam atendimento socioassistencial, articulam os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica. Com base na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) e na NOB/SUAS. A prioridade é o atendimento aos beneficiários dos programas federais Bolsa-família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Considerado a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o principal programa de Proteção Social Básica do SUAS.

O CRAS Quidé, situa-se à rua Girassol, 1414, bairro Quidé em de Juazeiro/BA, o primeiro a ser instalado no Município. Atende a população usuária estimada em 10.000 habitantes, onde cerca de 5.520 famílias, em situação de vulnerabilidade social, estão devidamente cadastradas para que recebam a assistência social necessária. Sua abrangência inclui também os bairros do Quidezinho, Pedra do Lord, Palmares I e II e esporadicamente a os bairros Penha e Maringá. O perfil socioeconômico dessas famílias é caracterizado basicamente por trabalhadores informais, autônomos e rurais, contudo ainda apresenta elevada taxa de desemprego.

A sua localização foi escolhida de acordo com a disponibilidade e fácil acesso das populações supracitadas e também devido à grande procura das famílias por serviços de assistência social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDIS; somados ainda à situação de vulnerabilidade e à existência, nos bairros, de organizações e grupos comunitários, além de instituições que prestam serviços sociais. As famílias que procuram o CRAS, em sua maioria, desconhecem os mais elementares direitos constitucionais, bem como os serviços sociais existentes no município e como podem acessá-los. Sobrevivem, no geral, de trabalhos informais, ou de contratos de trabalho com agroindústria de curta duração.

Dentre os programas desenvolvidos neste equipamento, dois merecem destaque: o PAIF - Programa de Atenção Integral à Família que expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social e o PROJOVEM Adolescente, programa de ação socioeducativa da proteção social básica, direcionado a jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, frequentantes de escola pública. O principal objetivo do programa é efetivar a permanência do jovem na escola.

O assistente social atua em todos os programas desenvolvidos pela instituição, realizando o monitoramento e avaliação das ações para garantir a eficiência e eficácia, desenvolve as seguintes atividades: recepção e acolhida

de famílias, busca ativa das famílias, entrevistas, visitas domiciliares, acompanhamento familiar, encaminhamentos, palestras, campanhas, reuniões e oficinas. Todas as atividades são registradas em relatório mensais.

3.2 A trajetória do Projovem no Brasil

O PROJOVEM foi criado para enfrentar as altas taxas de abandono escolar e desemprego juvenil registradas no Brasil. Ele é o resultado da integração de diversos programas para a juventude do Governo Federal e tem como objetivo promover a reintegração desses jovens ao processo educacional oferecendo oportunidade de qualificação profissional e de desenvolvimento humano. O PROJOVEM está dividido em quatro modalidades: Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador.

A execução e gestão do PROJOVEM são feitas em conjunto pela Secretaria-Geral da Presidência da República, pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Destina-se aos jovens de famílias com renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo. O público prioritário do projeto é composto por jovens com idade entre 15 e 29 anos. Sua abrangência é Nacional.

O PROJOVEM Adolescente, coordenado pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), é voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ainda jovens sob medida de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como forma de promover e garantir a intersetorialidade na modalidade PROJOVEM Adolescente foi constituído um comitê, sob a coordenação do MDS, com representantes dos ministérios e secretarias parceiros, a saber: Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho, da Educação, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2008, p. 15).

Configura-se importante avanço na concepção da política de proteção e promoção social para os jovens e suas famílias bem como o aprofundamento da integração entre as transferências de renda e os serviços socioassistenciais. O serviço socioeducativo voltado aos jovens entre 15 e 17 anos oferece atividades que propiciem o desenvolvimento pessoal, social e comunitário, a ampliação de trocas culturais e intergeracionais e o acesso à tecnologia, estabelecendo compromisso do jovem quanto à sua permanência no sistema de ensino. É fundamental o desenvolvimento de atividades direcionadas ao protagonismo no território, sobretudo, participação social que contribua para o fortalecimento das relações no território e para o reconhecimento do trabalho como direito de cidadania, por meio de experimentação.

3.3 O Projovem Adolescente no CRAS Quidé

O PROJOVEM Adolescente é uma das quatro modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) que atende exclusivamente a faixa etária de 15 a 17 anos. É um serviço socioeducativo, que integra as ações de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Objetiva complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Está fundamentado na Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008. O programa tem o perfil de motivar o aluno a voltar a interessar-se pelos estudos e assim frequentar regularmente às aulas na rede de ensino. No entanto, embora o programa tenha esse objetivo, observa-se que na prática, o aluno não tem demonstrado interesse em participar das atividades oferecidas pelo Programa.

O presente trabalho teve por objetivo mostrar a importância da prática do Assistente Social no PROJOVEM adolescente do CRAS Quidé com base na dimensão socioeducativa da profissão, e contribuir para melhor compreensão da atuação do profissional de serviço social como viés educativo.

4 Material e Métodos

Este estudo foi realizado com 59 jovens inscritos no PROJOVEM adolescente do CRAS Quidé na cidade de Juazeiro, nordeste da Bahia, localizado nas coordenadas 9°24' 50" S, e 40° 30' 10" W distante 502 km de Salvador, capital do Estado. Inserido no Polígono das secas, está situado à margem direita do rio São Francisco, ocupando área de 6 389,623 km² que abriga população de aproximadamente 197.984 habitantes (IBGE, 2010).

Ligada à cidade de Petrolina - PE, pela ponte Presidente Dutra, em conjunto formam o maior aglomerado urbano do semiárido. A cidade se destaca pela agricultura irrigada que se firmou na região graças às águas do rio São Francisco. É conhecida como a Terra das Carrancas, figuras antropomorfas usadas pelas embarcações que subiam e desciam o São Francisco. Seu nome se origina dos pés de juazeiro, uma árvore típica da região.

Para obtenção dos dados referentes ao perfil socioeconômico foram aplicados questionários estruturados e entrevistas contendo questões referentes aos objetivos propostos para o presente estudo. A pesquisa foi realizada no período compreendido entre abril a junho de 2010. Aleatoriamente foram escolhidos alguns PROJOVENS a fim de se obter informações sobre o interesse em participar da pesquisa. De posse dessas informações foram iniciados os trabalhos de pesquisa através da aplicação dos questionários e realização das entrevistas, sempre no horário oposto ao horário escolar destes. As questões foram usuais nesse tipo de levantamento e se referiam à idade, sexo, escolaridade, renda mensal familiar, quem chefiava a família, aspectos culturais, entre outras. As respostas foram tabuladas conforme consta nos resultados deste trabalho.

5 Resultados e Discussão

A pesquisa teve caráter bibliográfico e de campo, tendo como ambiente de pesquisa, o CRAS do bairro Quidê no Município de Juazeiro – BA. Tratou-se da atuação do assistente social junto ao PROJOVEM adolescente, através do contato com a equipe que trabalha com o coletivo, bem como, os protagonistas desta história, os PROJOVENS Adolescentes.

A partir das considerações supracitadas, estimulou-se a produção de uma investigação com os PROJOVENS, com o intuito de conhecer o perfil socioeconômico destes alunos, bem como sua opinião sobre a eficácia do programa, situação atual vivenciada e acerca das perspectivas de futuro destes jovens.

Para tanto, realizou-se dentro do universo de 59 jovens atendidos no programa, 65% dos entrevistados eram do sexo masculino e 35% são do sexo feminino, com prevalência de adolescentes com 16 anos, que representavam 51% do universo investigado. Destes, 34% estão com idade de 15 anos e 15% com 17 anos de idade. Quanto à escolaridade verificou-se que todos os jovens entrevistados estavam estudando, destes, 41% estava cursando o Ensino Médio, 59% o Ensino Fundamental.

O programa tem alcançado alguns dos seus objetivos, como o retorno de alguns adolescentes à escola, devido à exigência de estar regularmente matriculado e possuir frequência escolar de, no mínimo, 75% mensal. Para Comiran e Aginsky (2008, p.3):

Esse fator é relevante já que a inclusão e permanência na escola podem se revelar como um fenômeno que mostra, por um lado, os desafios concretos de proteção dos direitos de crianças e adolescentes e, por outro, a forma como vem se construindo socialmente a estes desafios.

Se os dados idade e escolaridade forem cruzados observar-se-á uma discrepância, pois, aqueles que já deveriam ter concluído o Ensino Médio, ainda permanecem na última série do Ensino Fundamental. Essa discrepância dificulta a inserção no mercado de trabalho. Dessa forma é imprescindível que o Estado elabore estratégias, a fim de que os jovens construam uma trajetória educacional articulada à profissional, em condições adequadas que garantam a efetivação dos seus direitos coletivos e do seu desenvolvimento integral. Nesse aspecto, é crucial a participação do assistente social para desenvolver mecanismos para que essa realidade seja possível.

No que se refere à renda per capita, a maioria dos jovens, 86%, sobreviviam com uma renda per capita mensal de até ¼ do salário mínimo, 7% sobreviviam com uma renda de até 1/3 do salário mínimo, e a mesma porcentagem, 7%, possuía uma renda *per capita* de até 1 salário mínimo. Segundo a PNAS (2004), no Brasil, famílias com renda per capita de até ¼ do

salário mínimo encontram-se em situação de vulnerabilidade social estando abaixo da linha da pobreza, logo relacionando renda e escolaridade compreende-se que esses jovens devem ser alvo principal da política educacional e do trabalho a fim de alcançar o princípio fundamental da equidade, previsto na Constituição de 1988. Existe uma relação intrínseca entre renda e escolaridade, visto que quanto menor a renda, menor é o grau de instrução do jovem.

No que concerne ao tipo de família, observa-se que 43% dos jovens viviam em família nuclear¹, modelo padrão, formado por pai, mãe e filhos, de acordo com o censo do IBGE (2000), mais da metade das famílias brasileiras ainda era formada pelo casal com seus filhos, dentro do modelo clássico da família nuclear, 29% em família com a presença de parentes, 21% em família chefiada pela mãe e 7% em família com a presença de indivíduos sem grau de parentesco. Embora 43% dos jovens pertencessem a familiar nuclear, percebe-se que a soma das outras configurações familiares representavam a maioria dos casos, 57%, isto é reflexo das reconfigurações dos espaços públicos e em decorrência da crise econômica e do mundo do trabalho, ocasionando a vitimização das famílias pelo processo de exclusão sócio-cultural, gerando processos de empobrecimento acelerado e desterritorialização causada por movimentos migratórios. Diante do exposto, e pelo fato da família ser o espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, essa é merecedora de proteção por parte do Estado.

No tocante a participação sociopolítica, os jovens optaram entre: partido político, associação, grupo de jovens, grupo religioso, grêmios escolares, outro tipo de participação ou nenhuma participação. Verificou-se que mais da metade dos entrevistados, 64%, participava apenas de grupo religiosos, enquanto o restante, 36% dos jovens, não possuía nenhuma participação sociopolítica.

A participação exclusivamente ocorrida em grupos religiosos chama atenção para dois aspectos: o positivo refere-se à importância das práticas religiosas na vida dos jovens, visto que configuram em elemento significativo de socialização, construção da identidade, organização e agregação social; o negativo reside no desinteresse, dificuldade de acesso ou até mesmo desconhecimento de outras formas de participação sociopolítica. Considerando a importância da participação, essas práticas religiosas deveriam ser valorizadas, com o intuito de garantir a liberdade religiosa, além de reconhecer e apoiar as práticas de solidariedade e trocas simbólicas entre as diferentes organizações religiosas. Para Almeida (*apud* MARQUES *et al.*, 2007) a religiosidade é uma qualidade do indivíduo que é caracterizada pela disposição ou tendência da mesma, para perseguir a sua própria religião ou integrar-se às coisas sagradas.

¹ Família nuclear: É o modelo padrão, formado por pai, mãe e filhos. Segundo o IBGE, (2000) esse era o modelo hegemônico da sociedade brasileira.

Quanto ao acesso à informação, a maioria dos jovens, 65%, afirmou ter acesso à televisão; para 5% o acesso é por meio de rádio, 20% através da internet e 10% por jornal. É possível aferir o aspecto positivo do acesso à informação e aos meios de comunicação, pois representam direito inalienável do ser humano. Os meios de comunicação apontados têm importante papel no tocante ao entretenimento, reflexão e construção de conhecimentos e valores, contudo vale destacar que as informações veiculadas ora são fiéis e corretas e ora são tendenciosas, preconceituosas e distorcidas, manipulando os telespectadores.

Em relação ao acesso à cultura e ao lazer, 25% dos jovens entrevistados tinha acesso ao esporte, 20% acesso à festa; 5% à biblioteca; 15% ao cinema, mesmo que raramente; 5% ao teatro; e a mesma porcentagem (5%) afirmou não ter acesso a nenhuma forma de cultura e lazer. Vinte e cinco por cento dos entrevistados afirmou ter acesso a outras formas de cultura e lazer, como por exemplo, filmes. Esse último dado é possível por que existe no bairro uma ONG (Organização não governamental) denominada Casa da Cultura Jordélio de Souza – NAENDA, que promove oficinas de arte-educação, além de oferecer a cada quinze dias programação denominada de CINE Comunidade, na qual são projetados filmes que são abertos para toda a comunidade.

Outro aspecto que merece ser mencionado é o acesso de poucos jovens à internet, o que torna urgente a discussão sobre o papel do Estado com ações que garantam a inclusão digital, bem como de novas tecnologias, dando especial atenção à situação dos grupos marginalizados e vulneráveis da sociedade, sob risco de que acabem se constituindo em mais um instrumento de exclusão.

A cultura é um dos elementos estruturantes da vivência juvenil que tem sido pouco incorporada às preocupações dos gestores públicos. Existem poucos lugares de referência especializada em cultura (cinema, teatro, música, dança, artes, novas mídias) e boa parte deles localiza-se nas regiões centrais da cidade e nas áreas nobres, enquanto a periferia fica desprovida de espaços de cultura e lazer.

A discussão acerca do acesso à cultura levanta outras importantes discussões, como, por exemplo, a garantia de transporte que possibilite aos jovens de regiões periféricas chegarem aos eventos culturais, o direito ao desconto para os estudantes nesses eventos, além da importância de possibilitar o acesso a instrumentos culturais semelhantes a jovens não estudantes.

O lazer, por sua vez, pode ser visto apenas como um ato feito de acúmulo de experiências e de conhecimento. Analisar o acesso dos jovens entrevistados ao lazer significou abordar a questão da qualidade de vida presente em inúmeros debates em todo o Brasil.

Ao serem questionados acerca do programa PROJOVEM Adolescente, 5% consideram bom, 25% ótimo e 70% consideram o programa excelente iniciativa, pois proporciona nova forma de enfrentar os desafios que a vida oferece. Diante disso, os jovens e adolescentes acreditam que esta é uma ferramenta a mais na trajetória de vida deles, desta forma, proporcionando oportunidades para que sejam protagonistas de suas próprias histórias.

Diante do exposto, constatou-se que 85% buscam no coletivo do PROJOVEM uma alternativa para melhoria de vida, 5% consideram uma maneira de passar o tempo e 10% estão ali para aumentar a renda já que recebem uma bolsa pela participação no programa.

Este trabalho foi realizado a partir de um esforço de evidenciar mais a dimensão existente entre o trabalho do assistente social voltado para a temática estudada. Desta forma, buscou-se compreender a realidade social de modo que se possa, num futuro não muito distante, elaborar estratégias que possam contribuir na construção de uma sociedade mais democrática, que vise à ampliação e consolidação da cidadania, ou seja, uma prática educativa e crítica, que aponte para a ruptura do instituído. Desafios e dificuldades se colocam a todo o instante, visto que se atua em um universo cheio de limitações, que se referem aos limites da atuação profissional e às dificuldades comuns ao público alvo ao qual estamos nos referindo: jovens em “situação de risco e vulnerabilidade social”. Limitações daquela que a própria realidade social impõe.

De acordo com Iamamoto (2005), as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas na alternativa profissional. Cabe aos profissionais apropriarem-se destas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las, transformando-as em projetos e frentes de trabalho. A conjuntura não condiciona unidirecionalmente às perspectivas profissionais, mas impõe limites e possibilidades. Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social.

6 Conclusão

Sem a pretensão de esgotar o assunto, o presente texto buscou destacar a dimensão educativa do trabalho do assistente social, considerando-se que este não deve ser visto apenas em termos de valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas pelo seu envolvimento com os processos sociais, voltados para a construção de uma nova prática no enfrentamento dos desafios encontrados pelas escolas, pela sociedade e pelas famílias.

Diante do exposto, conclui-se que as soluções perpassam as políticas, sejam elas econômicas, sociais, culturais e ou educacionais. As soluções são possíveis a curto, médio e longo prazo, mas não podem nem devem restringir-se às esferas estatais e municipais ou tão pouco à iniciativa privada por meio de ONGs, entidades religiosas e/ou filantrópicas, mas devem perpassar, sobretudo, o nível Federal. É preciso, portanto, a contribuição de todos para tornar a educação brasileira mais comprometida com a formação de cidadãos e cidadãs. Nesse sentido, a atuação do assistente social poderá subsidiar meios para que o adolescente trilhar caminhos na construção de sua identidade e seu projeto de vida.

Assim sendo, reafirma-se a importância do assistente social, como um dos condutores dessa relação entre PROJOVENS adolescentes, facilitadores, orientadores, família e comunidade, pela sua competência técnica para realizar articulação com a rede local, desmistificação da condição de pobreza, viabilizando maior conhecimento e acesso aos direitos a eles pertencentes.

Não foi objetivo deste estudo esgotar as possibilidades da atuação do assistente social nos âmbitos educacional e nas ações socioeducativas. Ao contrário, ao apontar práticas já formalizadas e sugerir novas intervenções, demonstra-se que o campo de atuação do assistente social é vasto, e muito ainda tem a ser explorado. O resultado deste trabalho não é conclusivo, mas se encaminha muito mais pela identificação de uma questão. Como em toda pesquisa, houve dificuldades no decorrer do trabalho, no entanto, essas dificuldades foram superadas na medida em que as expectativas foram atendidas.

Referências

- ABREU, M.M. Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
- ALMEIDA, N.L.T. O serviço social na educação: novas perspectivas sócioocupacionais. Mimeio, 2000.
- _____. Educação pública e serviço social e sociedade. São Paulo. 2000.
- _____. O serviço social na educação. Revista Inscrito Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, v.3, n.6, p. 19-24, 2000.
- BRASIL. Política Nacional da Assistência Social - PNAS. Brasília: MDS/ANAS, 2004.
- _____. Ministério da Educação. Resolução CNE/ CEB nº 3/2006. A Ação Comunitária no ProJovem. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_06.pdf>.
- _____. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008. Brasília: 2008.
- COMIRAM, G.; AGUINSKY, G.B. Crianças e adolescentes infrequentes na escola: desafios e limites dos mecanismos protetivos de direitos. MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO, 3.,2008. Porto Alegre: PUCRS, 2008.
- FALEIROS, V.P. Estratégias em serviço social. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- IAMAMOTO, M.V. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Populacional 2010. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm. Acesso em: 02 maio 2010.
- _____. Censo Demográfico 2000. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>> Acesso em: 02 jul. 2011.
- LOPES, E.M.S. Serviço social e educação: as perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. Disponível em: <http://www.ssrevista.eul.br/c-v8n2eleni.htm>. Acesso em: 17 set. 2008.
- MARQUES, J. *et al.* Encontro dos manguezais da Bahia. Maragogipe: Fundação vovó do mangue e SEMARH, 2007.
- SOUZA, I. L. O serviço social na escola: buscando desvendar a realidade de Natal/RN. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Fortaleza, 2004. Anais... Fortaleza, 2004.

